

142 emendas supressivas são protocoladas no primeiro dia

Começou ontem o prazo para entrega de emendas e discussão do projeto de Constituição aprovado em primeiro turno pela Assembleia Constituinte. Enquanto poucos deputados e senadores se revezavam na tribuna para discursar a uma plateia nunca superior a 20 colegas, apenas 65 parlamentares protocolaram as primeiras 142 emendas ao texto apresentado na última terça-feira pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte.

Como muitos constituintes devem partir para seus estados hoje, somente após o final de semana é que começará para valer a entrega de emendas. As lideranças dos partidos ainda terão, portanto, três dias para aperfeiçoar a redação de suas sugestões para o segundo turno. A secretaria da Constituinte estará pronta para receber emendas até a meia-noite de segunda-feira.

Enquanto isso, crescem no Congresso as especulações sobre o que realmente poderá ser alterado no texto básico aprovado no primeiro turno. Segundo o senador Jarbas Passarinho,



Jarbas Passarinho, presidente do PDS, a limitação dos juros bancários em 12% anuais pode cair por acordo de lideranças. "Durante reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães, na noite de quarta-feira, o próprio deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro, me confessou que também era contra, só que por achar muito alto o teto proposto", contou.

O senador prevê que será travada uma batalha no plenário em torno de emendas supressivas ao turno ininterrupto de seis horas

Prazo termina segunda-feira

O presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides, garantiu ontem que não haverá nenhuma prorrogação no prazo de apresentação de emendas ao projeto constitucional. Segundo a Radiobrás, o senador informou que o prazo se encerrará à meia-noite de segunda-feira, e que "essa é uma decisão regimental e da qual a mesa diretora da Constituinte

não abrirá mão. Por isso, está comunicando a todos os constituintes que o prazo de apresentação de emendas é improrrogável", observou.

O senador Mauro Benevides informou que as cinco sessões da Constituinte, destinadas à discussão do projeto para a apresentação de emendas, serão realizadas até segunda-feira.

de trabalho. "Se esse turno permanecer na Constituição, seremos o único país do mundo a adotá-lo", protesta Passarinho. Também correm risco de sair do texto, pelo voto, na sua opinião, a licença paternidade, a licença de 120 dias para a gestante, a anistia aos microempresários, a inexistência de prescrição para os direitos trabalhistas no campo e o direito irrestrito de greve.

"Haverá também quem queira jogar a arquibancada, apresentando emendas

supressivas a dispositivos já aceitos mais pacificamente pela sociedade, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais", prevê. Para Passarinho, será muito difícil retirar da Constituição um de seus artigos considerados mais xenófobos: o que estipula a nacionalização da mineração. "Esse foi tão bem amarrado que tornou praticamente impossível a apresentação de uma emenda suprimindo qualquer uma de suas palavras", resigna-se.

Sarney convoca reunião para discutir alterações

por Cláudia Safatle de Xangai

O presidente José Sarney telefonou na última quarta-feira para o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, recomendando que ele convoque uma reunião das principais lideranças políticas do governo, para domingo próximo, quando o presidente pretende montar um esforço de mobilização para aperfeiçoamento do texto final da nova Constituição, no segundo turno, nos mesmos moldes do esforço realizado para marcar o mandato de cinco anos.

Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, essa ingerência do presidente nos assuntos constitucionais não tem o propósito de "sabotar" a Constituinte, mas de "assegurar condições de liberdade para que a maioria constitucional delibere como entender melhor, mesmo que essa deliberação seja contrária à visão de Sarney como presidente e como cidadão". Não se trata, segundo o porta-voz, de exercer influência política, "mas de dar uma contribuição patriótica no sentido de aperfeiçoamento do texto constitucional, corrigindo faltas ou excessos cometidos no primeiro turno", seja na área da Ordem Econômica, dos Direitos Sociais ampliados, da Reforma Tributária e da anistia da dívida dos pequenos e médios produtores rurais e empresários.

Almeida Santos disse que o presidente Sarney pretende estabelecer uma "coerência", para que a ampliação dos direitos sociais corresponda a uma forma de não inviabilizar a ordem econômica: à reforma tributária que aumentou os recursos dos estados e municípios, se faça a correspondente transferência de encargos, como citou.

ANISTIA

Mansueto de Lavor acha "falsas" as contas do governo

O senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE), coautor da emenda aprovada pela Constituinte anistando os débitos dos pequenos e microempresários contraídos durante o Plano Cruzado, disse ontem, no Recife, que são falsas todas as estimativas do governo a respeito dos prejuízos que afetariam a rede bancária.

"Visitei cerca de dez agências bancárias aqui em Pernambuco e os gerentes me disseram que ainda não têm esse levantamento. Até porque há uma cláusula no texto aprovado ressaltando que só terá direito à anistia aquele que comprovar junto ao banco que só tem como fonte de renda a sua empresa", disse o senador.

Segundo a Agência Globo, ele reconhece o "incômodo" de estar sendo apontado como aliado da UDR, que defendeu ardorosamente a anistia, e comparou-o ao incômodo do deputado pernambucano Roberto Freire (PCB/PE), que, por ser contrário à anistia, está sendo confundido como aliado dos banqueiros.

O senador não acredita que a emenda aprovada seja suprimida no segundo turno, afirmando que muito dificilmente se conseguirá reunir 280 votos para suprimir algo do texto, sobretudo agora que o País começa a viver o clima da campanha eleitoral.

FERNANDO DE NORONHA

Uma comissão de ilhéus do arquipélago de Fernando de Noronha, tendo à frente os líderes Helene Armando e Salviniano José, entregou no final da tarde de ontem ao governador Miguel Arraes um documento assinado pelos dirigentes de todas as entidades comunitárias do território federal, no qual, segundo a Radiobrás, se posicionam contrários à anexação ao Estado de Pernambuco.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Executivo deverá pagar dívidas

por Ascânio Seleme de Brasília

Um pequeno artigo aprovado no apagar das luzes do primeiro turno da Assembleia Nacional Constituinte pode trazer uma no-

va dor de cabeça ao ministro da Fazenda, assim que ele retornar ao Brasil. O artigo 37 das Disposições Transitórias estabelece que o Poder Executivo deverá editar uma decisão, até 180 dias após a promul-

gação da Constituição, de forma a pagar todos os seus débitos que estejam pendentes judicialmente.

O artigo estabelece ainda que o devedor poderá quitar a sua dívida em moeda corrente, permitindo, no

parágrafo único, a emissão de títulos de dívida pública no montante exato do dispêndio acarretado. A matéria aprovada determina que o saldo de todas as dívidas pendentes seja quitado em até oito anos, através de parcelas corrigidas monetariamente, sendo que a primeira parcela deverá ser depositada a partir de 1º de julho de 1989 na conta do credor.

Um dos autores da matéria, deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG), entende que a matéria serve, principalmente, para agilizar os débitos pendentes do Executivo.

O mesmo raciocínio é defendido pelo líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). "Esta é uma forma muito boa para que o Estado pague seus atrasados", disse o líder. Jobim acha que a matéria vai beneficiar credores de causas difíceis e desapropriações não pagas. Ele explica, entretanto, que, para casos futuros, o corpo permanente da nova Constituição define critérios mais apropriados, como o pagamento sumário em dinheiro.

A matéria, que foi aprovada no penúltimo dia de votação das Disposições Transitórias, nem sequer foi discutida pelo seu alvo principal, o maior devedor, a União. O procurador-geral do Ministério da Fazenda, Cid Heráclito de Queiroz, tomou conhecimento do teor do artigo na tarde de ontem. Sua primeira reação foi de júbilo. "Ótimo, esta é uma matéria que beneficia a Fazenda", resumiu o procurador.

Depois de uma segunda leitura, Heráclito encontrou problemas, principalmente no parágrafo único do artigo, que permite a emissão de títulos da dívida pública para cobrir o desfalque nos cofres públicos. "O parágrafo único estende a emissão de títulos aos estados e municípios, o que pode gerar um processo ultra-inflacionário", entendeu Cid Heráclito.

Retificação

Em nossa edição do dia 6 de julho, na matéria sob o título "Governo refaz contas e pode fazer voltar o crédito agrícola", publicada na página 6, houve um erro no terceiro parágrafo. O correto é "... levou em conta as operações de crédito feitas a todos os médios e pequenos produtores rurais, classificados em lei não pelo tamanho de suas propriedades..." e não "... em leilão pelo tamanho de suas propriedades..."

Agenda

Próximas sessões

• Ontem — Foi o primeiro dia do prazo para que os constituintes entreguem emendas para o segundo turno de votações da Assembleia. Na sessão da tarde havia poucos parlamentares presentes. Foram entregues 142 emendas, apresentadas por 65 constituintes (cada um pode apresentar até quatro emendas e o prazo de entrega é até a próxima

segunda-feira à meia-noite).

• Hoje — A Assembleia Constituinte tem sessão marcada para as 14h30, mas o plenário deverá ficar esvaziado com a aproximação do final de semana. Devem prosseguir as discussões sobre as emendas para modificar o texto constitucional no segundo turno, simultaneamente às negociações objetivando acordos para votação.